

A armadilha da moralização

Marjorie Marona

CartaCapital, 12.3.2026

Quando o debate público se organiza exclusivamente em torno do escândalo moral, ele perde de vista o problema estrutural

O escândalo do Banco Master, deflagrado em novembro de 2025 com a prisão de Daniel Vorcaro e a liquidação extrajudicial da instituição pelo Banco Central, rapidamente chegou ao Supremo Tribunal Federal em meio a grande repercussão pública. Quatro meses depois, o banqueiro [voltou](#) a ser preso, enquanto o inquérito passou à relatoria de um segundo ministro. O atual relator, André Mendonça, autorizou a [quebra](#) de sigilo bancário de mais de uma centena de pessoas físicas e jurídicas. As estimativas indicam que o custo para o Fundo Garantidor de Créditos ultrapassa 50 bilhões de reais, o maior já registrado.

O escândalo é real. Suas dimensões, impressionantes. Mas há uma armadilha que vale nomear. Como costuma ocorrer em momentos de alta visibilidade, o debate público tem sido dominado pela lógica da denúncia moral. Personagens, conexões suspeitas e relações pessoais ocupam o centro da cena. As perguntas giram em torno da culpa individual, proximidade indevida, escândalo político. São perguntas legítimas, mas insuficientes.

O que quase não aparece na discussão é algo mais estrutural. Quais fragilidades institucionais tornam possíveis (e relativamente frequentes) episódios como esse? O colapso do Master revelou uma combinação conhecida no Brasil: supervisão financeira tardia, intermediação opaca de interesses no Estado e relações pouco transparentes entre elites econômicas e atores políticos. As investigações apontam para uma rede de fraudes financeiras, operações suspeitas e indícios de corrupção e lavagem de dinheiro em um banco que multiplicou sua carteira de crédito de 1,4 bilhão para cerca de 40 bilhões de reais em apenas cinco anos.

Quando o debate público se organiza exclusivamente em torno do escândalo moral, ele perde de vista o problema estrutural. E isso tem consequências.

A experiência recente do País oferece um alerta preciso. Durante a Lava Jato, o ambiente político foi progressivamente dominado por um discurso de corrupção e regeneração, a crença de que a política poderia ser purificada e de que o Judiciário seria o agente da transformação. A tese gerou apoio social imediato a decisões duras, mas produziu um ambiente institucional comprimido. Qualquer questionamento às investigações era lido como cumplicidade com a corrupção. Quando esse clima se dissipou, tornou-se possível revisar os abusos e excessos do período.

O paradoxo é frequentemente ignorado. Quanto mais moralizado o ambiente, mais frágeis tendem a ser os resultados jurídicos produzidos. Decisões tomadas sob pressão moral intensa carregam um passivo oculto. Quando o custo institucional de sustentá-las se eleva, a tendência é a busca por reequilíbrio. E esse movimento, legítimo em sua origem, pode resultar na anulação em série de processos e condenações, nem sempre com a precisão cirúrgica que o caso exigiria. O risco não é apenas jurídico. É político.

Versões de corrupção generalizada costumam produzir algo além da responsabilização de culpados, alimentam a deslegitimação difusa do sistema político. Não apenas os responsáveis são punidos, mas o próprio funcionamento da política democrática passa a ser visto como